

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 393

**DIÁLOGOS COM O ENSINO MÉDIO 3:
O ESTUDANTE JOVEM NO BRASIL E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

André Braz Golgher

Agosto de 2010

Ficha catalográfica

362.7042981 Golgher, André Braz.
M678r Diálogos com o ensino médio 3: o estudante
2010 jovem no Brasil e a inserção no mercado de trabalho

/ André Braz Golgher. - Belo Horizonte:
UFMG/Cedeplar, 2010.

26p. (Texto para discussão ; 393)

1. Jovens - Brasil. 2. Educação - Brasil. I.
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional. II.
Título. III. Série.

CDD

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

DIÁLOGOS COM O ENSINO MÉDIO 3: *
O ESTUDANTE JOVEM NO BRASIL E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO **

André Braz Golgher ***
Cedeplar/UFMG

CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2010

* O projeto “Diálogos com o Ensino Médio” foi realizado pelo Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF e pelo Observatório da Juventude da UFMG, em cooperação técnica com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. O projeto teve três objetivos gerais: 1) Estabelecer o diálogo entre as temáticas do Ensino Médio e a juventude por meio do levantamento, sistematização e divulgação da produção acadêmica sobre estes assuntos, com a finalidade de subsidiar a elaboração, a implantação e o monitoramento de políticas públicas que atendam com qualidade o público jovem no espaço da escola; 2) Fomentar o intercâmbio entre a comunidade acadêmica e atores envolvidos nos processos de educação e de produção de conhecimentos relacionados com os jovens alunos do Ensino Médio; 3) Realizar pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo sobre a opinião de jovens estudantes do Ensino Médio e seus professores sobre a escola.

** Esse é o terceiro de uma série de textos que buscam discutir fatores relacionados aos jovens e ao sistema de ensino no Brasil, em particular o Ensino Médio. O primeiro texto da série “Um olhar inicial sobre o jovem no Brasil” apresenta uma discussão sobre aspectos demográficos do jovem e fatores relacionados à inserção desse nos diferentes níveis de ensino. O segundo texto da série “O Ensino Médio no Brasil visto a partir do modelo Profluxo e outros indicadores demográficos” apresenta uma discussão sobre taxas de aprovação e evasão, e diferentes indicadores educacionais derivados, bem como analisa diferentes grupos da população. O quarto “Diversidade regional do Ensino Médio no Brasil analisado a partir de diferentes indicadores educacionais” trata da diversidade espacial brasileira com relação a diferentes indicadores educacionais e trajetórias de desenvolvimento local do sistema de ensino. O quinto “A escola de Ensino Médio no Brasil analisada a partir de dados do INEP” discute as escolas de ensino médio no Brasil em pontos referentes ao desempenho escolar. O último “O estudante de Ensino Médio no Brasil analisada a partir de dados do INEP” discute os estudantes de Ensino Médio no Brasil em pontos referentes ao desempenho escolar.

*** O autor agradece à Daniela Resende, professora da Universidade Federal de Viçosa, pelas sugestões e correções.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O JOVEM E A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	9
3. O JOVEM E DIFERENTES FORMAS DE INSERÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO E NO MERCADO DE TRABALHO	16
4. O JOVEM E A RENDA DO TRABALHO	23
5. CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS	27

RESUMO

A transição da adolescência para a vida adulta é particularmente marcada pela saída da escola e pela entrada no mercado de trabalho, sendo esse processo caracterizado por inúmeras interações e tensões existentes entre esses dois universos. Tendo em vista as diversas possibilidades de caminhos abertos para o jovem na transição do mundo da escola para o mundo do trabalho, o objetivo desse texto é entender quais são as relações entre a escola e o trabalho e como se dá a inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho. A transição do mundo da escola para o mercado de trabalho para os homens se dá principalmente entre as idades de 17 e 19 anos. Para as mulheres essa mesma transição se dá nessas mesmas idades, mas para elas também existe a transição da escola para o lar, sendo que um fator decisivo na tomada de decisões das mulheres é o nível de escolaridade alcançado. Os diferenciais de renda por sexo mostra uma vantagem aparente dos homens no mercado de trabalho. Entretanto, quando se discute a renda por hora trabalhada os dados foram muito semelhantes entre os sexos, indicando que existe hoje no Brasil uma relativa homogeneidade salarial entre os sexos.

Palavras-chave: ensino médio, jovem, educação.

ABSTRACT

The transition from youth to adult's life is particularly characterized by the end of schooling attendance and the entrance in the labor market. There are different open possibilities for this transition, and the objective of this working paper is to apprehend some of the features related to it. For men the transition from school to the labor market mainly occurs between the ages of 17 and 19. On the other hand, for women, this transition happens at similar ages, but there is another transition, which is from school to the household. Choices are influenced by the schooling level attained by the girl. Income differentials between sexes show a slight advantage for men. However, when income per worked hour is analyzed, the values were rather similar, indicating that there is a relative homogeneity between young men and young women regarding income per hour in Brazil.

Key words: secondary school, youth, education.

JEL: I21, J13, J24

1. INTRODUÇÃO

A transição da adolescência para a vida adulta é particularmente marcada pela saída da escola e pela entrada no mercado de trabalho, sendo esse processo caracterizado por inúmeras interações e tensões existentes entre esses dois universos. Assim, entender como se formam os objetivos e oportunidades nessa transição, em particular com relação à educação formal e a inserção no mercado de trabalho, é tema central no estudo sobre o jovem.

Apesar das críticas à caracterização da juventude como fase de transição para a vida adulta, optou-se por tal conceituação partindo-se das potencialidades por ela trazidas, explicitadas por Camarano et. al. (2004):

“A importância dessa definição reside no fato de que, nesse período, escolhas e decisões fundamentais são tomadas em direção a um futuro com menores sobressaltos.(...) Além disso, o processo de transição não se dá de forma linear. Por exemplo, se é verdade que a escolarização não é mais suficiente para se conseguir emprego e uma posição mais confortável na escala social, também é verdade que ela é hoje, no mínimo, uma condição necessária para que qualquer indivíduo possa ter maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, essa condição já garantiu no passado recente a certeza de ascensão social para muitos jovens. (...)Entender essa mudança pode ajudar a observar como a definição de juventude pode mudar historicamente.” (Camarano et. al., 2004, 12-13)

Como apontado por Buchmann e Dalton (2002), em particular com relação a passagem do mundo da escola para o mercado de trabalho, o arranjo institucional do sistema de ensino é um dos pontos que marcam a passagem para a fase adulta, em especial o nível de ensino equivalente ao Ensino Médio (EM) no Brasil. Dependendo desse arranjo, a transição se dá de forma mais ou menos marcada por dificuldades, frustrações ou objetivos concretizados. Em países com EM mais homogêneo em termos de tipos de escola, como nos EUA, os estudantes tendem a ter expectativas menos realistas de como ocorrerá a transição da escola para o mundo do trabalho. Em países com maior variedade de escolas, como as acadêmicas e vocacionais, como é o caso da Inglaterra, os estudantes têm uma visão mais real de como se dará essa transição, o que pode minimizar muitas frustrações relacionadas a esse processo.

Partindo dessa premissa, os autores descrevem diferentes propostas de EM, em diversos países, de acordo com a homogeneidade, estratificação e especificidades das escolas nesse nível de ensino. Existem países, como os EUA e a Espanha, onde os estudantes obtêm um ensino geral, sem muita diferença entre escolas ditas acadêmicas e as profissionalizantes. Os estudantes não são separados em diferentes caminhos de inserção no EM ainda quando estão no Ensino Fundamental (EF). Por outro lado, o sistema de ensino alemão é mais rígido: os estudantes frequentam a escola elementar obrigatória e depois, a partir dos 11 a 13 anos, as trajetórias desses se diferenciam com pouca transição entre elas em três tipos de escola predominantes. As escolas preparatórias para a universidade são as mais prestigiadas e tem um currículo acadêmico mais rigoroso. Além dessas, existem as escolas profissionalizantes voltadas para profissões que não demandam um curso superior, mas que ainda assim são relativamente qualificadas. Essas escolas dão ênfase para habilidades

acadêmicas, vocacionais e de negócios demandadas por essas ocupações e não tem como objetivo principal ser uma ponte para o Ensino Superior (ES). Por fim, existem as escolas menos demandantes academicamente e com menos prestígio, voltadas para ocupações profissionais também menos prestigiadas.

Assim, pode-se dizer que existem muitos arranjos educacionais de nível médio nos diversos países. Alguns têm maior foco na preparação para o ES e outros que pretendem ser uma ponte para o mercado de trabalho, articulando ou separando as dimensões propedêutica e profissionalizante da formação escolar. Resta definir, pois, a opção que gostaríamos de ter no Brasil.

Em pesquisa recente, coordenada por Corti e Souza (2009), com dados de cinco escolas estaduais do município de São Paulo, se procurou discutir justamente o ponto “Que EM queremos?”. Com relação às expectativas dos jovens quanto ao EM esses citaram principalmente “preparar-me para o mercado de trabalho” e depois “preparar-me para o vestibular”, indicando a dicotomia do EM como profissionalizante ou como etapa de formação propedêutica para o ES.

No segundo texto dessa série “O Ensino Médio no Brasil visto a partir do modelo Profluxo e outros indicadores demográficos”, analisou-se a questão da evasão entre o EM e o ES. Constatou-se que aproximadamente 65% dos jovens que terminavam o EM com aprovação evadiam do sistema de ensino nessa transição. Apenas 35% dos mesmos prosseguiram os estudos em nível superior.

Este fato sugere que o EM brasileiro, sem apresentar a rigidez do alemão, seja definido em diferentes tipos de escola, mesmo que a escolha por parte do aluno seja feita durante a 1ª ou mesmo 2ª série desse nível de ensino e não ainda no EF. Assim, a formação propedêutica do EM como preparação para o ES poderia ser mais bem abarcada. Além disso, melhorar a transição do jovem brasileiro do ensino secundário para o mercado de trabalho deveria ser preocupação central de políticas públicas para a juventude, uma vez que nem todos os estudantes querem ou têm a possibilidade de continuar seus estudos em nível superior e assim desejariam ter uma formação mais prática e vocacional.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, segundo Castro et al (2000), existe uma crescente demanda por trabalhadores com maiores habilidades em matemática e línguas, e também que tenham maior poder de comunicação, sejam flexíveis, criativos, etc. A escola secundária é decisiva para o desenvolvimento dessas habilidades e os autores apresentam várias opções diferentes de educação nesse nível de ensino, relacionadas à transição entre a escola e o mundo do trabalho. São apresentadas cinco opções dentre as citadas pelos autores, sendo que elas podem coexistir em uma mesma região.

Uma delas seria separar a formação específica para o mercado de trabalho da escola secundária formal, como é feito pelo SENAI no Brasil. Assim o estudante teria dois caminhos a seguir entre a escola primária e o mercado de trabalho: i) continuar os estudos em escolas formais de nível secundário para depois ingressar em uma escola de nível superior; ou ii) entrar em centros de treinamento para o trabalho de nível secundário que seriam separados da escola formal.

Outra opção seria incluir o treinamento para o trabalho como uma educação pós-secundária, nos moldes dos atuais cursos tecnológicos. Assim, o jovem poderia, depois da escola secundária, optar entre: um curso em nível superior formal com duração mais longa e mais demandante academicamente; ou um curso mais breve focado e profissionalizante em nível intermediário entre o secundário e o superior.

Uma terceira alternativa seria manter escolas técnicas de nível secundário de elite com vínculos fortes com a indústria local. Com relação a realidade brasileira seria algo como os IFETS, incorporando a proximidade com a indústria existente no modelo do SENAI.

Uma quarta proposta seria criar caminhos específicos dentro da escola secundária, que não fossem muito especializados. Desta maneira, o estudante poderia fazer escolhas nesse nível de ensino direcionando assim seus estudos de acordo com um interesse mais objetivo. Esses caminhos seriam, por exemplo: ciências biológicas; comércio; artes visuais e gráficas; conhecimentos gerais, etc. Depois de feita as escolhas prévias, o estudante seria direcionado para a entrada em instituições especializadas de educação pós-secundária ou entraria em trabalhos que oferecessem treinamento específico.

Por fim, como última proposta discutida aqui, pode-se desenvolver um currículo nacional padrão mínimo, sendo que a outra parte desse currículo seria composta por disciplinas eletivas, sendo que essas podem ser voltadas para o mercado de trabalho ou não. Nessa proposta, as pessoas menos inclinadas ao estudo acadêmico ou a ocuparem postos de trabalho de nível superior poderiam escolher uma escola secundária menos demandante academicamente e mais focada em algum aspecto específico do mercado de trabalho. Outros indivíduos com maior interesse em estudos de nível superior escolheriam disciplinas diversas.

Segundo os autores, o modelo tradicional de escola secundária como atualmente em voga na América Latina é obsoleto e não atende qualquer das demandas dos estudantes de forma adequada. Dado que as realidades e contextos vividos pelos estudantes são diversos, dentre as opções citadas, não se pode afirmar que uma seria melhor que outra. Assim, tendo em vista que a transição da escola para o trabalho deve contemplar essa diversidade de caminhos, a possibilidade de escolha por parte do jovem de qual caminho seguir poderia ser um primeiro passo para um EM inclusivo e que preencha melhor as expectativas da juventude brasileira.

Desta forma, dadas as características correntes do EM brasileiro, fica claro que o sistema atual é falho, sendo que um reflexo desse fracasso do sistema de ensino brasileiro é o baixo nível de escolaridade do jovem brasileiro. Como decorrência disso, os rendimentos dos jovens brasileiros provenientes do trabalho são baixos, dado que existe uma relação direta entre nível educacional e renda. Como apresentado por Hanushek e Wossmann (2007), a taxa de retorno por ano de escolaridade média para diversos países é de aproximadamente 10%. Ou seja, melhores níveis de educação têm impacto direto no incremento de capital humano no mercado de trabalho, que por sua vez aumentam a produtividade do trabalhador e a capacidade de inovação do mesmo, além de permitir que o trabalhador absorva novos conhecimentos, implicando em ganho salarial. Buchmann e Hannum (2001) também discutiram os efeitos da educação nos retornos econômicos e, conseqüente na mobilidade social, em uma revisão para diversos países em desenvolvimento.

Especificamente para o Brasil, citam-se os trabalhos de Strauss e Thomas (1996) e Barros e Ramos (1996), ambos em uma ampla coletânea de textos sobre a educação no Brasil (Birdsall e Sabot, 1996) que mostram a relação multifacetada entre escolaridade e salários. Strauss e Thomas (1996) enfatizam que a educação formal é provavelmente associada a um aumento de produtividade no mercado de trabalho, o que implica em maiores salários. Além disso, o nível educacional é um sinal para o mercado de trabalho acerca das características produtivas do indivíduo. Os autores observaram

que os retornos obtidos da educação pós-primária, incluindo o atual EM, eram superiores ao observado para a educação primária. Ou seja, a curva entre educação formal e renda além de crescente era convexa, indicando que os ganhos para a educação secundária e superior são maiores proporcionalmente que para o atual EF (Barros e Ramos, 1996). Como observado por esses últimos autores, os ganhos salariais para a educação em nível fundamental tiveram uma tendência temporal recente declinante no Brasil e para o ES ocorreu o contrário, indicando o aumento relativo dos retornos da educação em nível superior.

Tendo em vista as diversas possibilidades de caminhos para o jovem na transição do mundo da escola para o mundo do trabalho, o objetivo desse texto é entender como se dá a inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho, quais são as relações entre a escola e o trabalho e também quais são as relações entre escolaridade e rendimentos. Para tanto, o texto foi dividido em 5 seções, incluindo essa introdução. Na seguinte apresentam-se dados gerais referentes à participação do jovem na População Economicamente Ativa (PEA) e às taxas de desemprego. Depois se discute também para os jovens a estratégia conjunta de inserção no mercado de trabalho e no sistema de ensino. Na quarta seção são apresentadas relações entre a renda do trabalho do jovem brasileiro e a frequência na escola e nível freqüentado ou concluído. Por fim, são tecidos alguns comentários finais.

2. O JOVEM E A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

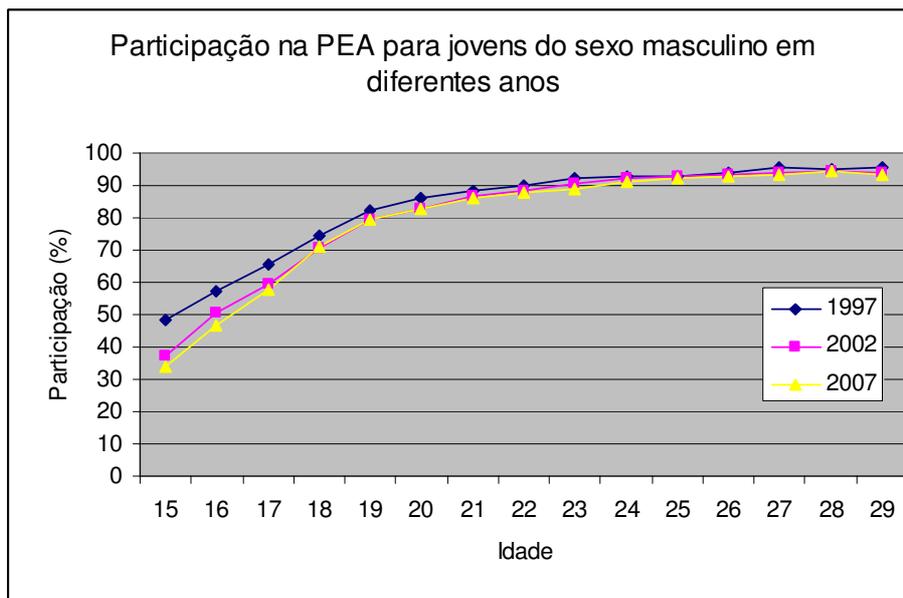
Nesta seção são mostrados alguns resultados sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho. São apresentados dois pontos especificamente: participação na PEA e taxas de desemprego. Como a discussão é feita para dados de todo o Brasil, optou-se por utilizar as PNADs de 1997, 2002 e 2007, sendo essa última a mais recente disponível no formato de microdados à época da realização da pesquisa. Procurou-se abranger um período relativamente grande, 10 anos, em dados quinquenais.

Seguem algumas definições sobre ocupados, desocupados e PEA seguindo o IBGE (2007). Foram classificadas como ocupadas no período de referência, aqui a semana de referência, as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc. Foram classificadas como desocupadas no período de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período. As pessoas economicamente ativas no período de referência especificado compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período. Foram definidas como não-economicamente ativas no período de referência especificado as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

Os cinco primeiros gráficos da seção mostram a participação do jovem na PEA. O gráfico 1 mostra os dados para todos os jovens do sexo masculino e o seguinte para o sexo feminino. De forma geral, os homens tendem a participar mais da PEA que as mulheres em todas as idades. Para o sexo masculino, os valores apresentam uma tendência de aumento com a idade e chegam a quase 100% em idades acima de 24 anos. Para o sexo feminino, os valores também aumentam com a idade e se estabilizam em torno de 70% para idades mais elevadas. Com relação a variação no período, note que

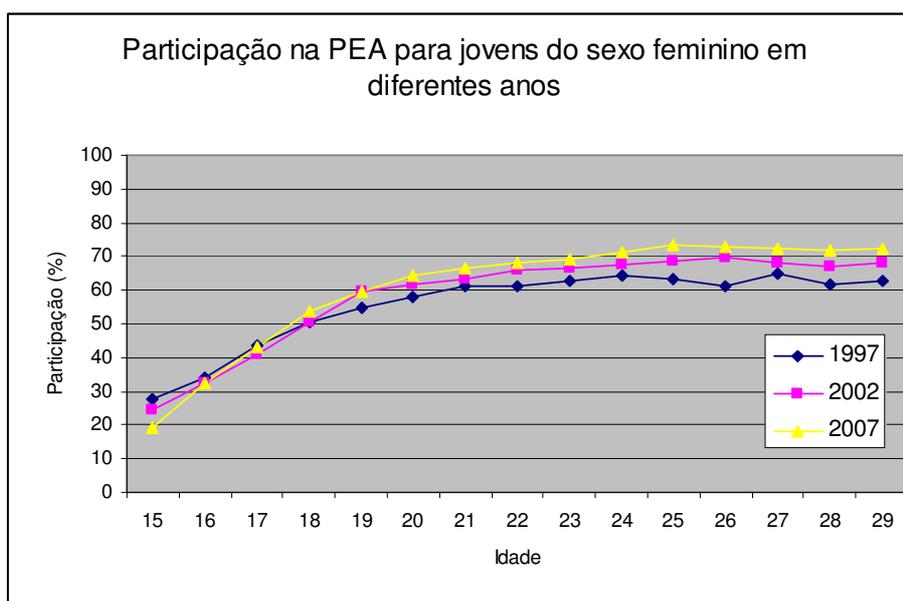
não houve mudanças marcantes no período estudado para homens em idades acima de 19 anos. Entretanto, para homens com idades menores se nota uma queda na participação na PEA, sugerindo que está ocorrendo um atraso na entrada do mercado de trabalho uma vez que esses jovens estão na escola em maior proporção. Para mulheres, observa-se o mesmo para as jovens com idade entre 15 e 16 anos. Para as demais, verifica-se um aumento na participação da PEA das mulheres, principalmente a partir dos 20 anos de idade, mostrando a maior inserção do sexo feminino no mercado de trabalho.

GRÁFICO 1



Fonte: PNAD, 1997, 2002 e 2007.

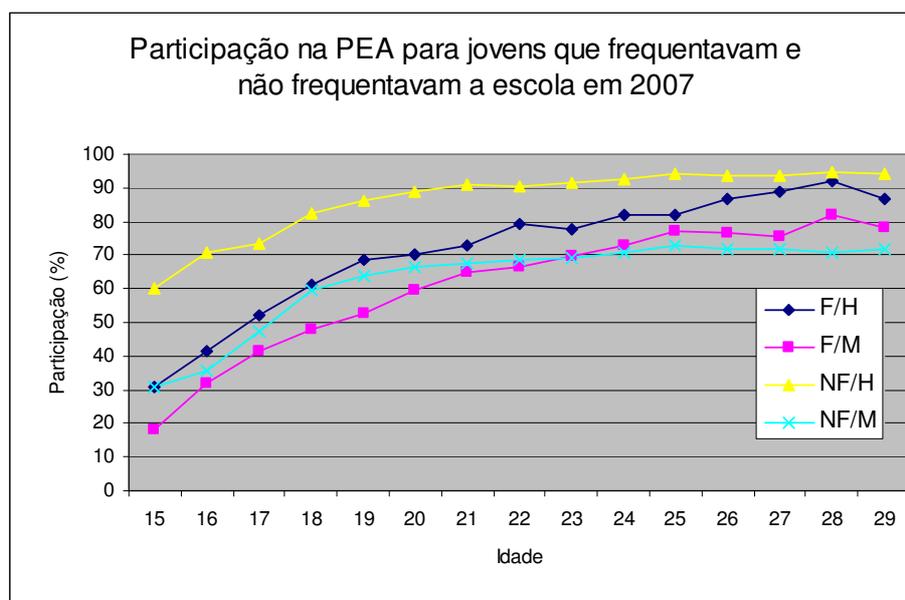
GRÁFICO 2



Fonte: PNAD, 1997, 2002 e 2007.

O próximo gráfico compara os dados para a participação na PEA para indivíduos que freqüentavam ou não a escola para os sexos em separado para dados de 2007. Quando se comparam os homens que não freqüentavam a escola com aqueles que freqüentavam, nota-se que a participação dos primeiros na PEA era superior, principalmente para as idades mais jovens, e que a diferença diminui com o aumento da idade. Ou seja, o projeto de vida difere principalmente quanto à inserção menos ou mais tardia no mercado de trabalho, dependendo do status de estudante ou não. Para mulheres, a participação na PEA é superior para as que não freqüentavam a escola até a idade de 23 anos e em seguida isso se inverte. Esse fato sinaliza para a dicotomia entre trabalho e lar. As mulheres que estudam tendem a entrar mais tardiamente no mercado de trabalho, justamente porque ainda estão na escola. No longo prazo elas são mais orientadas ao mundo do trabalho e a participação delas na PEA se torna maior do que para aquelas que não-estudavam. Esse fato sugere que muitas mulheres que entram prematuramente no mercado de trabalho e não adquirem um nível de escolaridade elevado tendem a sair do mercado de trabalho para exercer funções não remuneradas no lar.

GRÁFICO 3



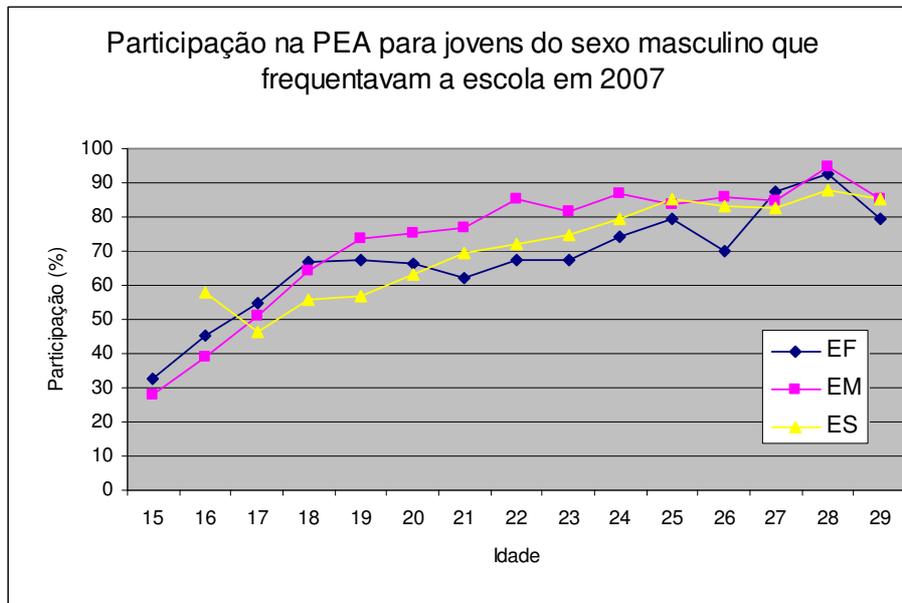
Fonte: PNAD, 2007.

Nota: F = freqüenta, NF = não freqüenta, H = homens e M = mulheres

Os dois próximos gráficos comparam homens e mulheres separadamente somente para aqueles que freqüentavam a escola separadamente, dependendo do nível de ensino freqüentado também para dados de 2007. Para homens, inicialmente deve-se destacar que em qualquer dos níveis freqüentados, a partir dos 18 anos de idade, mais da metade dos jovens estudantes estão no mercado de trabalho. Ou seja, os mundos da escola e do trabalho se interconectam. As curvas para estudantes do EF, EM e ES diferem pouco. A principal diferença observada é a maior participação do jovem que freqüenta o EM para as idades entre 19 e 24 anos, sugerindo que esses apresentam maior empregabilidade que os estudantes de EF e que os estudantes de ES se direcionam mais para o sistema de ensino nessa faixa

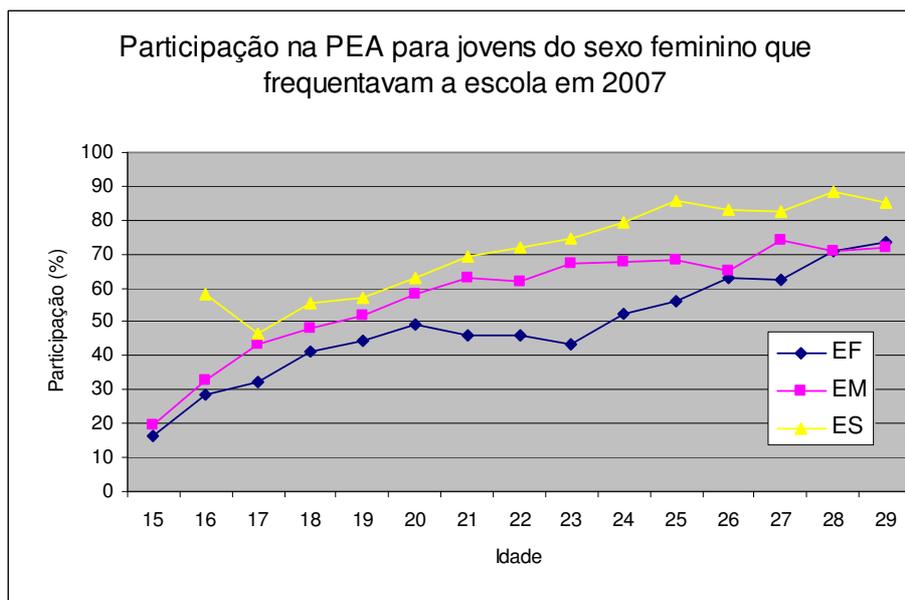
etária. Para as mulheres, a diferença é marcante: quanto mais elevado é o nível de ensino frequentado, maior é a participação no mercado de trabalho, sugerindo novamente a dicotomia trabalho e lar. As estudantes que têm um nível superior de escolaridade se inserem mais efetivamente e em melhores postos de trabalho e assim têm mais incentivos a entrarem e permanecerem na PEA.

GRÁFICO 4



Fonte: PNAD, 2007.

GRÁFICO 5

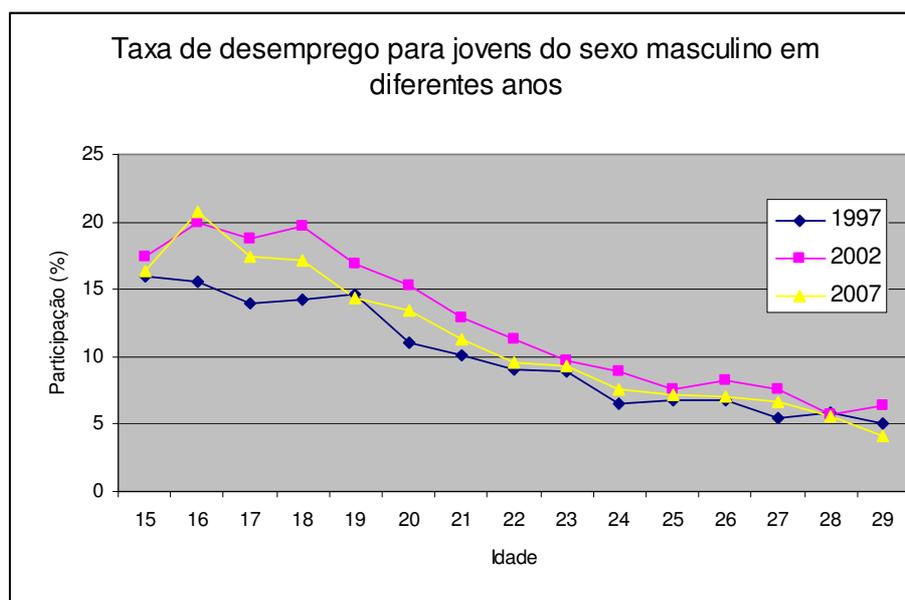


Fonte: PNAD, 2007.

Os próximos gráficos mostram análise semelhante à apresentada acima, mas trata das taxas de desemprego dos jovens no Brasil. Essa taxa é a proporção de desocupados dentre aqueles que estavam na PEA. Note que o indivíduo que não procurou emprego na semana de referência, mesmo que não estivesse trabalhando e gostaria de estar, não é considerado desocupado e não pertence à PEA.

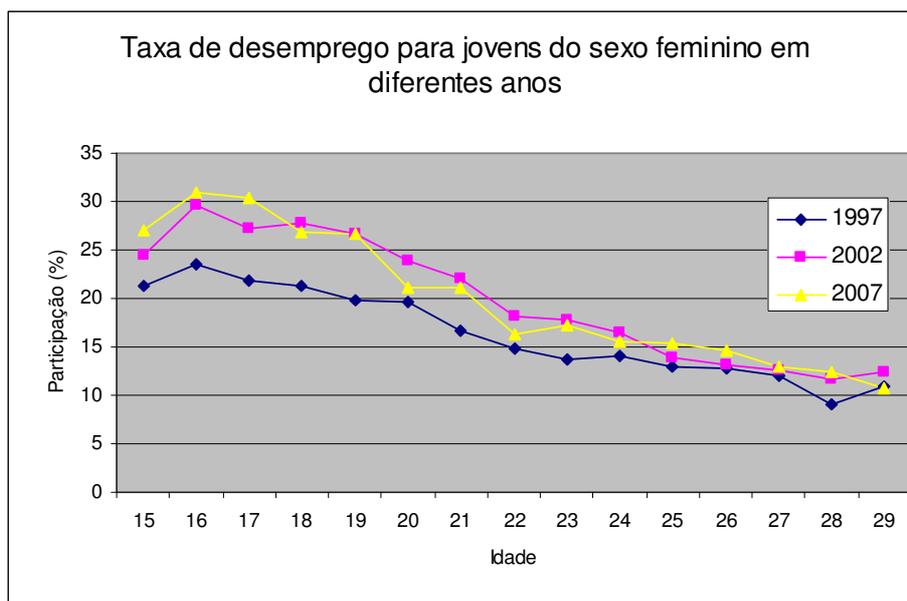
Os resultados dos gráficos 6 e 7 mostram que as taxas de desemprego eram muito superiores para os jovens com idades menores, para ambos os sexos. Para homens com idade até 18 anos, essa taxa era de aproximadamente 17% em 2007. A partir da idade de 24 anos, o valor dessa taxa girava em torno de 6%. Para mulheres nessas mesmas faixas etárias, os valores eram respectivamente 27% e 12%. Ou seja, à medida que a transição entre adolescência e o mundo adulto se desenvolve, não só a participação na PEA aumenta, como as taxas de desemprego diminuem. Além disso, nota-se que as taxas para as mulheres eram superiores às dos homens em todas as idades. Para os homens, não se nota uma tendência temporal muito marcante, os valores no período entre 1997 e 2007 eram semelhantes, principalmente para idades acima de 20 anos. Para idades inferiores a essa, as taxas de desemprego em 1997 eram um pouco inferiores aos demais anos. Para mulheres, nota-se uma tendência mais clara de aumento nas taxas de desemprego, principalmente no segundo quinquênio analisado.

GRÁFICO 6



Fonte: PNAD, 1997, 2002 e 2007.

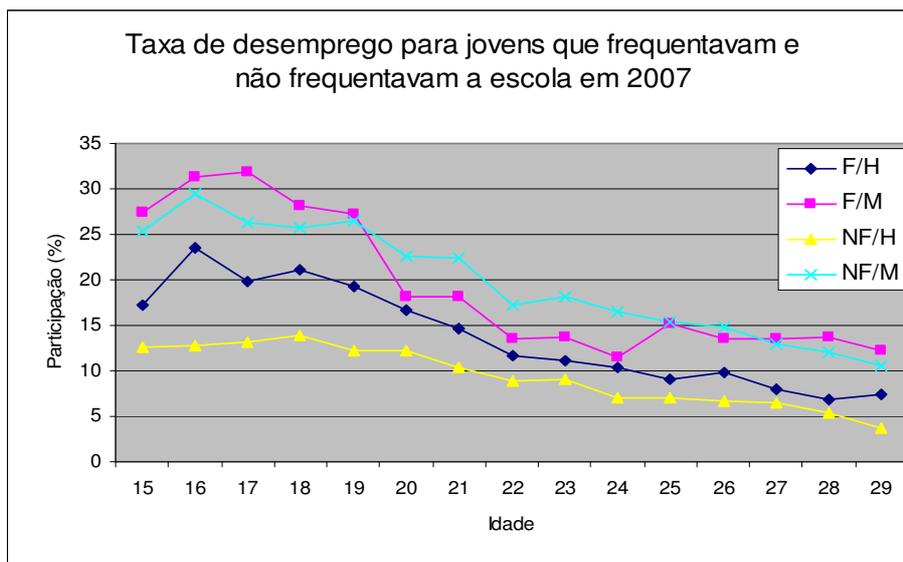
GRÁFICO 7



Fonte: PNAD, 1997, 2002 e 2007.

Quando se comparam os estudantes com os não estudantes do sexo masculino, como mostra o gráfico 8, nota-se que as taxas dos estudantes eram sempre superiores às observadas para aqueles que não freqüentavam a escola. Isso pode indicar que os estudantes têm maiores problemas de inserção no mercado de trabalho, pois, entre outros aspectos, têm menos flexibilidade de horários ou também pode indicar que são mais seletivos quanto ao posto de trabalho aceito, dado que já têm outra atividade. Para mulheres, as taxas para estudantes eram maiores até 19 anos, menores entre 20 e 24, e iguais a partir dessa idade, indicando diferentes aspectos da transição para a fase adulta segundo o sexo. Sugere-se que as estudantes apresentam uma seletividade maior e menor poder de inserção quando muito jovens. Em seguida, elas apresentam maior empregabilidade que os não-estudantes e, por fim, essas últimas saem seletivamente da PEA para o lar e passam a não ser consideradas desocupadas.

GRÁFICO 8

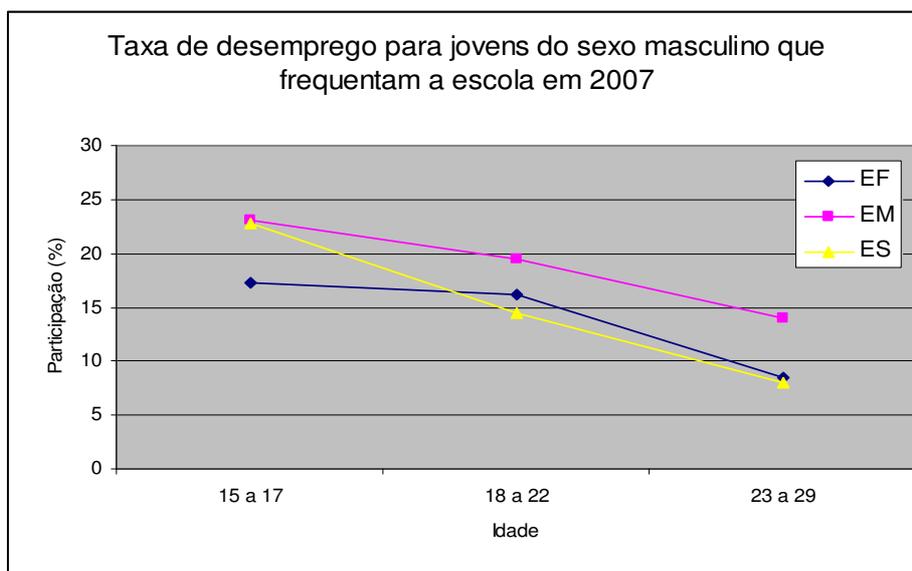


Fonte: PNAD, 2007.

Nota: F = freqüenta, NF = não freqüenta, H = homens e M = mulheres

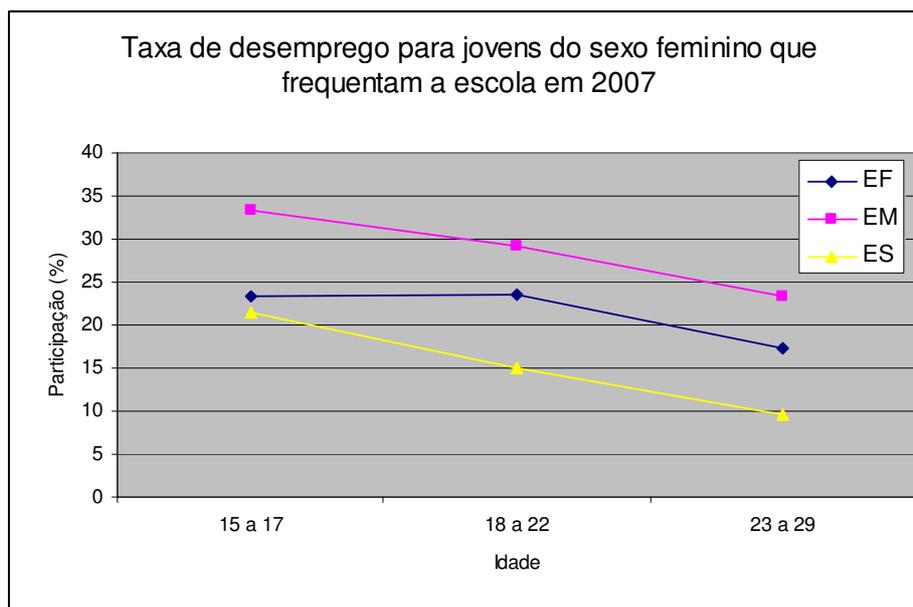
Os dois próximos gráficos comparam as taxas de desemprego para jovens que frequentavam a escola em diferentes níveis. As idades foram agrupadas para tornar a análise mais clara. Para os homens, nota-se que as taxas mais elevadas estão entre os estudantes do EM. Esse fato sugere que os estudantes de EF eram menos seletivos quanto ao posto de trabalho e que os estudantes de ES apresentavam uma maior empregabilidade. Para as mulheres isso é ainda mais claro, as taxa de desemprego das estudantes do EM eram muito superiores às demais, principalmente quando comparadas com aquelas do ES. Seria esse outro indicador da crise de identidade vivida pelo EM e a dificuldade de transição para o jovem entre a escola e o trabalho para esse nível de ensino?

GRÁFICO 9



Fonte: PNAD, 2007.

GRÁFICO 10



Fonte: PNAD, 2007.

3. O JOVEM E DIFERENTES FORMAS DE INSERÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO E NO MERCADO DE TRABALHO

Na seção anterior foram discutidos pontos referentes à participação na PEA e taxa de desemprego dos jovens. Nessa seção os jovens são classificados conforme sua inserção conjunta no mercado de trabalho e no sistema de ensino. Para tanto, foram criadas seis categorias para os jovens, considerando aqueles que: somente estudavam; estudavam e trabalhavam; somente trabalhavam; procuravam emprego e estudavam; procuravam emprego e não estudavam; e não trabalhavam, não procuravam emprego e não estudavam. Os dados são de 2007.

A tabela 1 mostra os dados em separado para homens e mulheres. Para homens, três categorias são muito numerosas: somente estudava; estudava e trabalhava; somente trabalhava. As demais categorias eram muito menos numerosas. Dentre os mais jovens, com idade entre 15 e 16 anos, a categoria mais numerosa é a daqueles que somente estudam, ou seja, não participam da PEA e frequentavam a escola. A categoria mais numerosa para os mais velhos, com idade entre 19 e 29, é somente trabalhavam. Entre 17 e 18 ocorre a transição entre somente estuda e somente trabalha. Para os homens com 17 anos, a maioria estuda. Além disso, quase a metade dos jovens nessa faixa etária trabalhava. As duas categorias mais numerosas são: somente estudavam e estudavam e trabalhavam. Para a idade de 18 anos se nota que a maioria trabalhava e a maioria estudava. O gráfico 1 mostra essas três categorias mais numerosas, em que pode ser percebida a marcante transição do mundo da escola para o mundo do trabalho.

Para mulheres o quadro é um pouco mais complicado. Cinco das categorias são relativamente numerosas; apenas procuravam emprego e estudavam não alcança 10% para nenhuma idade. Dentre as mais jovens, com idade entre 15 e 17 anos, a categoria mais numerosa é daqueles que somente

estudavam. Para as idades entre 20 e 29 anos, são dois os caminhos preferenciais: trabalho, incluindo aquelas que também estudavam, em que está a maioria das jovens; e o “triplo não”, não trabalhavam, não procuravam emprego e não estudavam, com um quarto das jovens. A transição parece ocorrer principalmente aos 18 anos, quando muitas jovens deixam a categoria de somente estudavam para a somente trabalhavam ou para a categoria do “triplo não”. O processo continua em menor medida para as jovens de 19 anos. O gráfico 2 mostra que as quatro categorias mais numerosas: somente estudava; estudava e trabalhava; somente trabalhava e “triplo não”. Existe uma clara passagem do mundo da escola para o mundo do trabalho ou do lar. Ficam as perguntas: o que fazem essas jovens do “triplo não”? Cuidam de filhos e da casa? Quais as demandas, em termos de políticas públicas, para essa categoria?

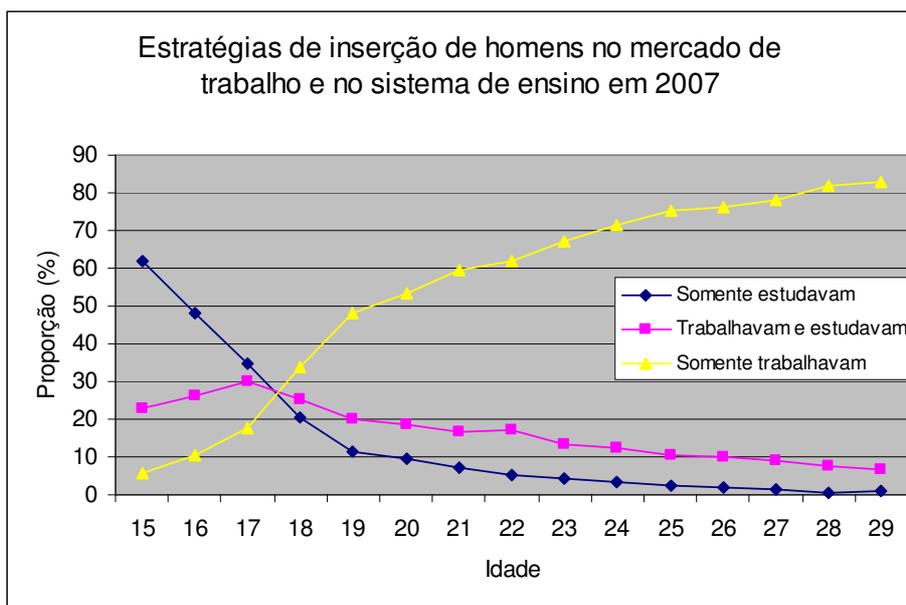
TABELA 1

Distribuição dos jovens conforme sua inserção no mercado de trabalho e no sistema de ensino em 2007

Idade	Somente estudavam	Estudavam e trabalhavam	Somente trabalhavam	Procuravam emprego e estudavam	Procuravam emprego e não estudavam	Não trabalhavam, não procuravam emprego e não estudavam
Homens						
15	61,8	22,7	5,7	4,7	0,8	4,3
16	48,3	26,3	10,7	8,1	1,6	5,1
17	34,7	30,2	17,6	7,5	2,7	7,4
18	20,3	25,3	33,9	6,8	5,4	8,4
19	11,4	20,0	48,3	4,8	6,7	8,9
20	9,3	18,3	53,4	3,7	7,5	7,7
21	7,3	16,5	59,7	2,8	6,9	6,7
22	5,1	17,2	62,1	2,3	6,1	7,3
23	4,3	13,4	67,0	1,7	6,6	7,0
24	3,1	12,6	71,4	1,5	5,4	6,0
25	2,5	10,6	75,0	1,1	5,6	5,2
26	1,7	10,2	76,0	1,1	5,4	5,5
27	1,2	8,9	78,1	0,8	5,5	5,6
28	0,7	7,4	81,8	0,5	4,7	4,9
29	1,1	6,8	82,9	0,5	3,3	5,4
Mulheres						
15	73,9	11,9	2,2	4,5	0,8	6,7
16	57,2	18,3	4,1	8,3	1,7	10,4
17	43,8	21,1	8,9	9,8	3,2	13,3
18	26,8	17,7	21,5	6,9	7,4	19,6
19	19,0	15,3	28,3	5,7	10,2	21,6
20	13,9	16,6	34,0	3,7	9,9	21,9
21	10,8	16,2	36,3	3,6	10,5	22,7
22	8,8	15,2	41,9	2,4	8,7	23,1
23	6,6	12,9	44,4	2,1	9,9	24,1
24	4,8	11,4	48,7	1,5	9,6	24,1
25	4,0	11,7	50,6	2,1	9,2	22,4
26	3,3	9,3	52,8	1,5	9,2	24,1
27	3,2	8,6	54,2	1,3	8,1	24,6
28	2,0	7,8	55,2	1,2	7,6	26,1
29	2,5	7,9	56,8	1,1	6,7	25,0

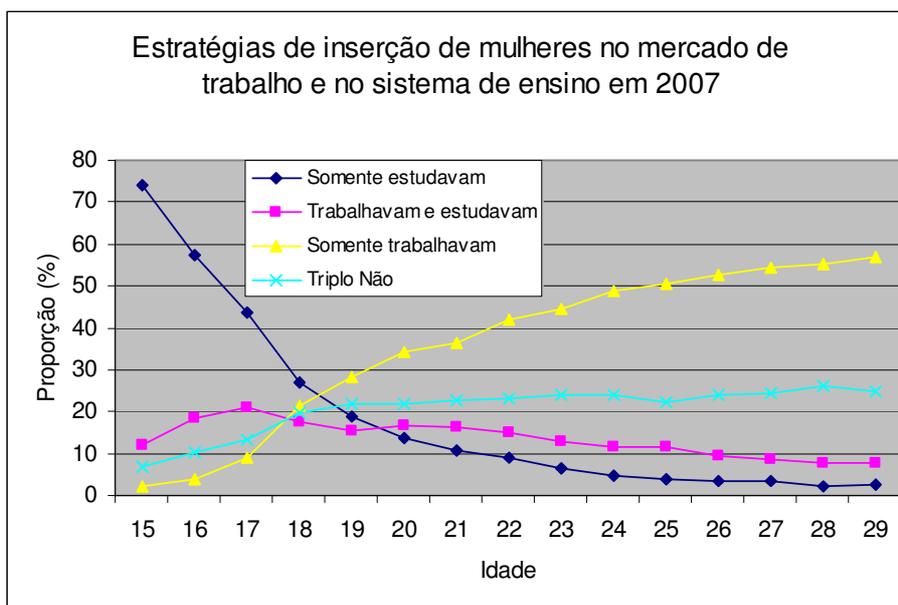
Fonte: PNAD, 2007.

GRÁFICO 11



Fonte: PNAD, 2007.

GRÁFICO 12



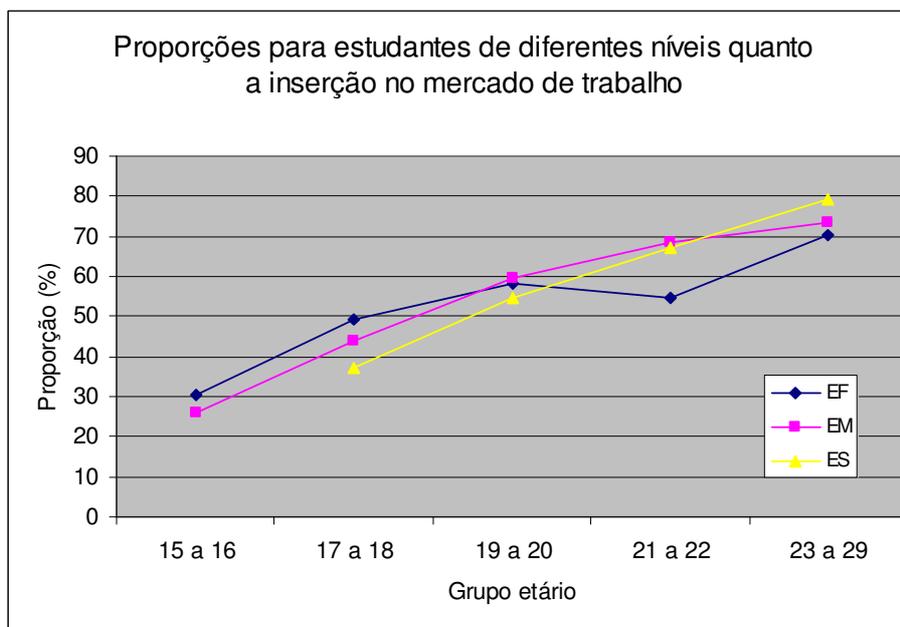
Fonte: PNAD, 2007.

Os próximos dois gráficos detalham parte dessa informação conforme o nível educacional de frequência à escola, EF, EM ou ES. Ou seja, são incluídos apenas os jovens estudantes em algum desses níveis. Assim, os jovens podem ser classificados em três categorias: somente estudavam, estudavam e trabalhavam, e estudavam e procuram emprego. Note que as idades foram agrupadas.

O primeiro desses gráficos mostra a proporção dentre os estudantes do sexo masculino que também trabalhava. Para os mais jovens, os valores para o EF são superiores e para o ES são menores,

indicando a maior inserção no mercado de trabalho para os estudantes pouco escolarizados e muito jovens. O contrário foi observado para as idades mais avançadas, as proporções dentre os estudantes que trabalhavam eram menores para os estudantes de EF, mas as diferenças foram pequenas, com proporções acima de 70% para os três níveis de ensino.

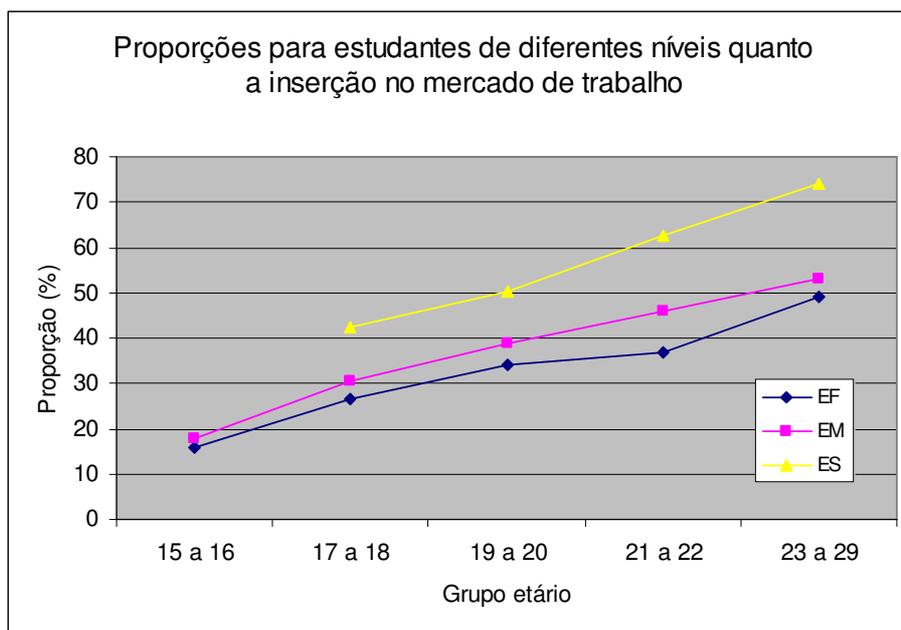
GRÁFICO 13



Fonte: PNAD, 2007.

Esse mesmo gráfico é mostrado em seguida para o sexo feminino. O gráfico 14 mostra a proporção dentre as estudantes que além de frequentar a escola trabalhavam. Nota-se que quanto maior era a escolaridade da estudante, maior era a proporção que trabalhava em todas as idades. Para as idades acima de 23 anos, a diferença em favor das estudantes em nível superior era de mais de 20%.

GRÁFICO 14

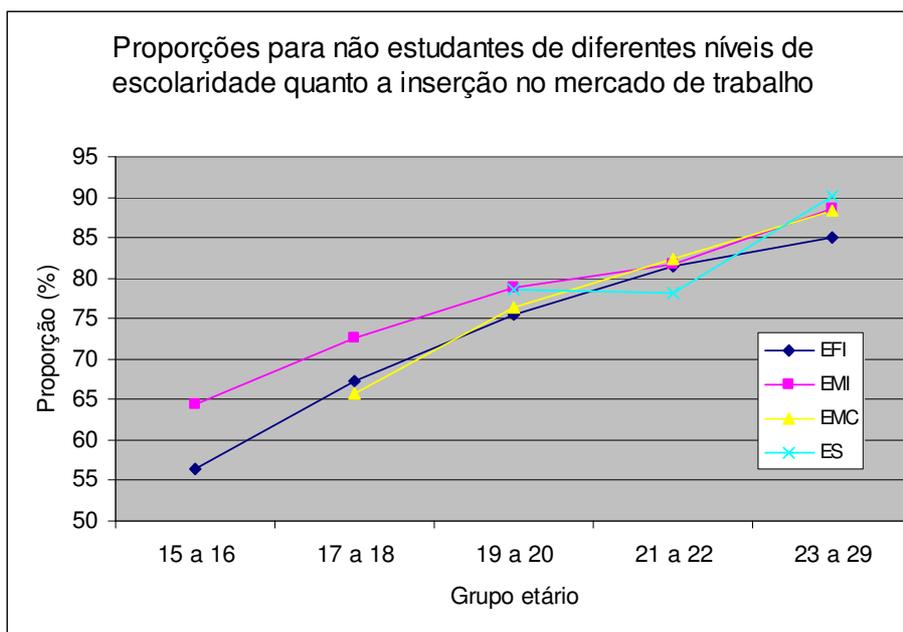


Fonte: PNAD, 2007.

Os próximos quatro gráficos apresentam dados apenas para os não-estudantes. Esse podem ser classificados como: somente trabalhava, procurava emprego e não estudava e “triplo não”. O gráfico 15 contrasta os resultados dentre esses para as proporções de jovens do sexo masculino que trabalhavam conforme o nível de alcançado de escolaridade: EF incompleto; EF completo ou EM incompleto; EM completo; ES incompleto ou completo. Nota-se que para idades superiores a 19 anos as curvas são similares. Os demais dados mostraram certa oscilação. Ou seja, independente do nível de escolaridade dos indivíduos que não frequentam a escola do sexo masculino, a proporção que trabalhava era semelhante.

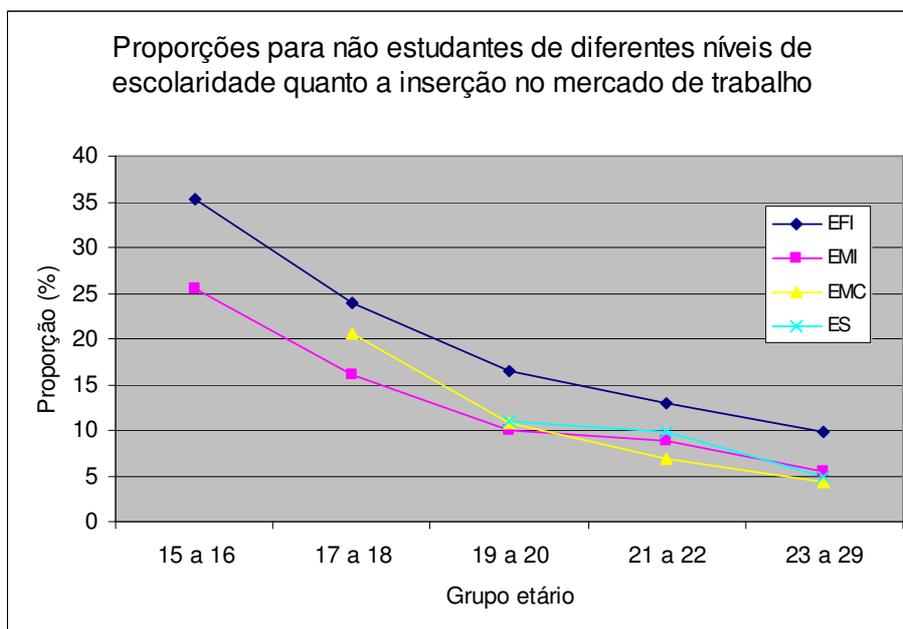
O gráfico seguinte mostra os jovens que não trabalhavam, não estudavam e não procuravam emprego também para o sexo masculino. Verifica-se que as proporções mais elevadas são daqueles com baixa escolaridade e idade: 35% dos jovens brasileiros com EF incompleto e idade até 16 anos estavam na categoria do “triplo não”. Esses jovens não participam da PEA e nem do mundo da escola. Políticas públicas deveriam ser articuladas para promover a reinserção desse grupo na escola. Deve-se ressaltar que muitos dos que tem EM completo e não trabalhavam e nem procuravam emprego podem estar se preparando para o vestibular e foram incluídos aqui como não estudantes uma vez que o nível educacional do indivíduo não estava sendo ampliado.

GRÁFICO 15



Fonte: PNAD, 2007.

GRÁFICO 16

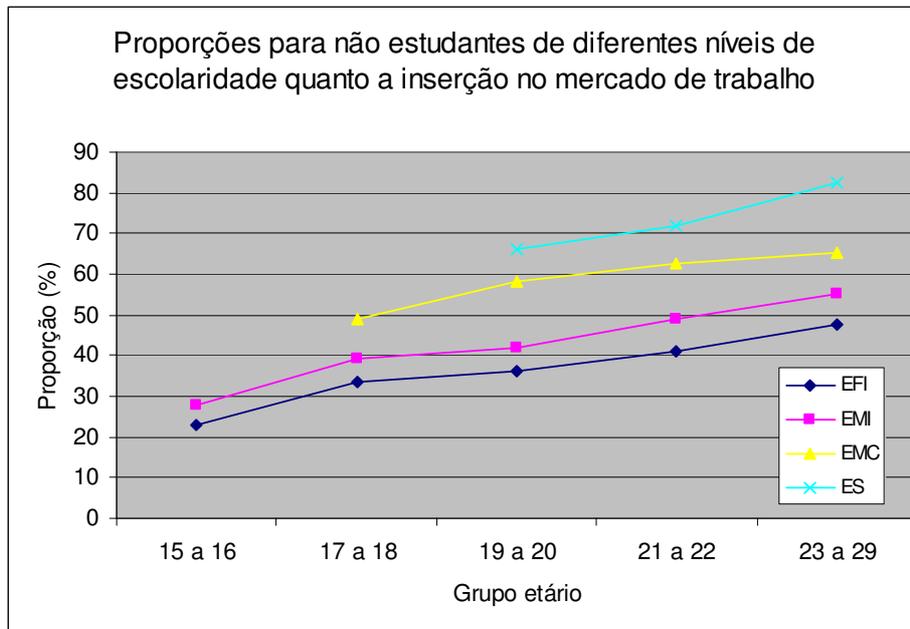


Fonte: PNAD, 2007.

Os gráficos 17 e 18 mostram esses mesmos resultados para mulheres com um quadro muito claro, ao contrário do observado para homens. Dentre as não-estudantes, quanto maior o nível de escolaridade obtido maior a proporção que trabalhava. Deve-se ressaltar, como mostra o segundo desses gráficos, que elevadas proporções de mulheres com EF incompleto ou completo, ou EM incompleto não estudam, não trabalham e não procuram emprego. Ou seja, muitas delas devem se

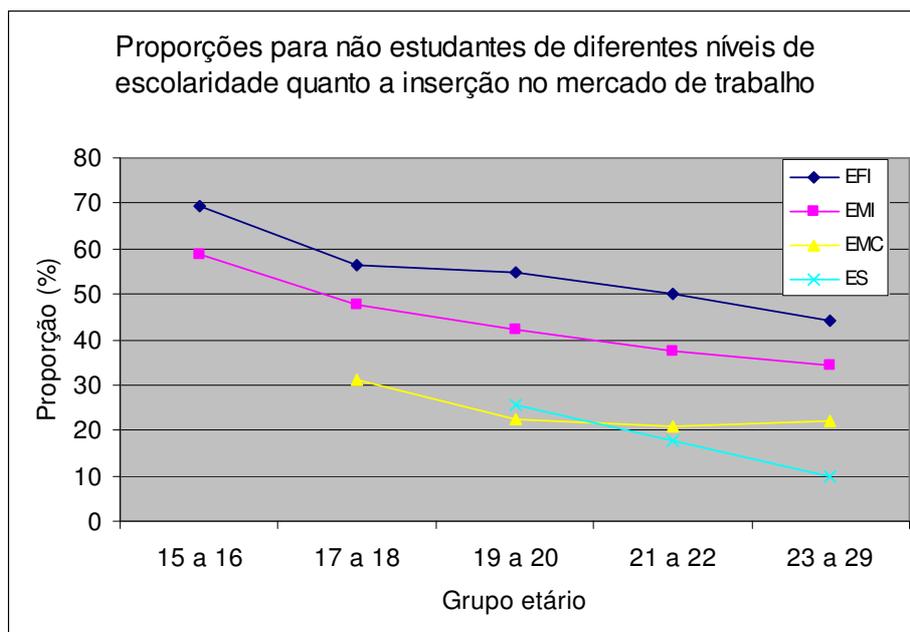
ocupar de atividades do lar e criação dos filhos. Fica a pergunta: Qual é a forma de inserção na sociedade das mulheres jovens de baixa escolaridade que não trabalham, não procuram emprego, não estudam? Se forem jovens mães, uma opção seria acompanhar os filhos que estivessem estudando, em um programa em conjunto na escola.

GRÁFICO 17



Fonte: PNAD, 2007.

GRÁFICO 18



Fonte: PNAD, 2007.

4. O JOVEM E A RENDA DO TRABALHO

As próximas tabelas mostram os dados em separado segundo sexo sobre a renda média individual de todos os trabalhos em salários mínimos (SM) por grupo etário e nível educacional. Note que somente estão incluídos jovens que trabalhavam e com renda positiva. Esses jovens eram 52% do total, uma vez que dentre os jovens brasileiros, 47% não tinham renda positiva e outros 1% tinham valores mal especificados para renda.

Inicialmente as tabelas dividem os jovens por grupo de idade: 15 a 16, 17 a 18, 19 a 20, 21 a 22 e 23 e mais. Além disso, os jovens são divididos em quatro categorias dentre os que não estudavam e três dentre os que estudavam, que são as mesmas já descritas acima. Na parte superior das tabelas são mostrados os números de jovens em cada uma das 35 categorias da tabela para os dois sexos. Deve-se ressaltar ainda que algumas categorias eram muito pouco numerosas, menos de cinco mil jovens no Brasil, e as estatísticas dessas para a renda média não são mostradas, pois a amostra das PNADs é muito pequena.

Na parte exatamente inferior das tabelas são mostradas, dentre outras variáveis, as rendas médias individuais originadas de todos os trabalhos para cada uma das categorias. De forma geral, as rendas aumentam com a idade e a escolaridade tanto para não-estudantes como para estudantes para ambos os sexos. Nota-se que as rendas dos homens eram superiores às das mulheres em todas as categorias. Ou seja, para a mesma idade e escolaridade, os homens ganhavam mais. Isso sugere que os homens trabalham mais horas em média e possivelmente ganham mais por hora trabalhada.

Essas duas últimas informações são também incluídas nas tabelas. Note que em todas as categorias os homens trabalhavam mais horas que as mulheres, com uma única exceção, que são os estudantes de ES com idade entre 19 e 20 anos, onde houve um empate. Ou seja, em parte, os homens ganhavam mais que as mulheres porque trabalhavam mais.

Quando se comparam as rendas médias por hora trabalhada, as diferenças são pequenas. Os homens têm valores mais elevados para a grande maioria das categorias com idade de 19 e mais. Para os mais jovens, os diferenciais entre sexos são muito pequenos ou inexistentes. Isso indica que os diferenciais salariais entre os sexos são gerados principalmente por causa do número de horas trabalhadas pelos homens que é superior às mulheres.

TABELA 2**O jovem brasileiro e a renda do trabalho para diferentes níveis de escolaridade e idade – Homens**

Grupo etário	Não-estudantes				Estudantes		
	EFI	EMI	EMC	ES	EF	EM	ES
Número de jovens							
15 a 16	148338	37065	4296	0	241653	237355	934
17 a 18	346468	219039	212849	3485	176834	498870	52570
19 a 20	516658	417183	642007	30133	81546	252622	200110
21 a 22	582316	431418	775694	62206	43603	154460	291405
23 a 29	2637627	1519577	2966382	825776	124833	202734	638701
Renda individual média							
15 a 16	0,67	0,97	-	-	0,52	0,75	-
17 a 18	0,88	1,16	1,32	-	0,68	0,95	1,33
19 a 20	0,99	1,35	1,51	2,54	0,78	1,14	1,76
21 a 22	1,09	1,40	1,73	2,84	0,88	1,22	2,23
23 a 29	1,34	1,82	2,20	5,12	1,26	1,52	2,99
Horas trabalhadas							
15 a 16	39,6	39,5	-	-	31,4	31,7	-
17 a 18	42,3	43,7	42,8	-	37,5	36,9	37,0
19 a 20	43,7	44,7	43,3	43,0	40,0	40,5	36,0
21 a 22	44,4	44,1	44,2	39,8	40,2	41,3	36,8
23 a 29	45,4	45,9	44,9	42,0	43,1	43,3	39,4
Renda individual média por hora trabalhada							
15 a 16	0,020	0,024	-	-	0,019	0,028	-
17 a 18	0,021	0,030	0,032	-	0,020	0,029	0,038
19 a 20	0,026	0,039	0,042	0,060	0,023	0,036	0,072
21 a 22	0,030	0,033	0,044	0,069	0,028	0,034	0,063
23 a 29	0,034	0,041	0,053	0,126	0,031	0,041	0,084

Fonte: PNAD, 2007.

De forma geral os não-estudantes com certo nível educacional ganham mais que os estudantes nos mesmos níveis. Isso é observado para ambos os sexos. Uma explicação para esse fato é que os primeiros trabalham por mais horas, em média, que os últimos. Verifica-se que os diferenciais de renda por hora trabalhada entre estudantes e não-estudantes em um mesmo nível de escolaridade e idade eram quase nulos.

TABELA 3**O jovem brasileiro e a renda do trabalho para diferentes níveis de escolaridade e idade – Mulheres**

Grupo etário	Não-estudantes				Estudantes		
	EFI	EMI	EMC	ES	EF	EM	ES
Número de jovens							
15 a 16	50057	25100	2133	0	112061	241665	1457
17 a 18	106161	110681	209124	2184	57516	382740	82163
19 a 20	130908	163778	620087	28031	36805	162239	268362
21 a 22	194440	211011	686702	94801	31901	85790	349161
23 a 29	994306	802906	2442655	1133648	98316	176562	714480
Renda individual média							
15 a 16	0,49	0,72	-	-	0,41	0,62	-
17 a 18	0,63	0,83	1,14	-	0,57	0,73	1,29
19 a 20	0,69	0,97	1,15	1,99	0,58	0,79	1,51
21 a 22	0,74	1,04	1,33	2,45	0,76	0,88	1,81
23 a 29	0,89	1,17	1,50	3,66	0,82	1,04	2,15
Horas trabalhadas							
15 a 16	39,1	38,1	-	-	31,0	28,9	-
17 a 18	38,5	40,1	40,2	-	35,0	33,2	33,7
19 a 20	38,1	39,9	40,3	38,3	36,4	37,4	36,0
21 a 22	37,7	41,2	40,9	38,6	37,4	39,0	36,2
23 a 29	37,2	39,5	40,8	38,1	37,5	37,2	36,7
Renda individual média por hora trabalhada							
15 a 16	0,017	0,035	-	-	0,015	0,029	-
17 a 18	0,022	0,025	0,029	-	0,025	0,025	0,045
19 a 20	0,021	0,026	0,033	0,058	0,018	0,024	0,046
21 a 22	0,025	0,027	0,038	0,071	0,024	0,026	0,053
23 a 29	0,026	0,034	0,044	0,098	0,023	0,030	0,061

Fonte: PNAD, 2007.

5. CONCLUSÃO

Como apresentado na introdução desse texto, existem diferentes formatos de escola secundária, algumas mais focadas no mercado de trabalho e outras mais acadêmicas, que tem com objetivo principal ser uma propedêutica para o ES. Como discutido no segundo texto dessa série, a maioria dos jovens brasileiros tem o EM como sua última etapa de ensino formal. Assim, para esses indivíduos, o EM deveria ser uma etapa final de transição para o mercado de trabalho. Por outro lado, uma grande proporção de jovens prossegue os estudos em nível superior e gostariam de ter uma boa base acadêmica para tanto. O EM, portanto, tem múltiplos objetivos mas no caso do sistema de ensino brasileiro, fracassa em muitos aspectos ao não proporcionar ao jovem as ferramentas necessárias para uma transição eficaz entre a escola e o mercado de trabalho.

Esse texto analisou alguns aspectos dessa transição. Discutiu-se inicialmente a participação do jovem na PEA. Notou-se que para os homens essa participação foi estável entre 1997 e 2007 para aqueles com mais de 20 anos de idade e declinante para os mais jovens. Para mulheres, a participação na PEA era menor do que o observado para homens, mas crescente no período.

A transição do mundo da escola para o mercado de trabalho para os homens se dá principalmente entre as idades de 17 e 19 anos. Para as mulheres essa mesma transição se dá nessas mesmas idades, mas para elas também existe a transição da escola para o lar. Um fator decisivo na tomada de decisões das mulheres é o nível de escolaridade alcançado. Para aquelas com ES incompleto ou completo a transição é muito mais focada no mercado de trabalho, enquanto que para aqueles com EF incompleto as atividades não relacionadas à PEA eram relativamente mais importantes.

A média salarial dos jovens de diferentes idades, escolaridade e sexo girava em torno de 1 SM. Somente uma categoria, a de jovens não-estudantes com ES incompleto ou completo com idade entre 23 e 29 anos, que teve médias superior a 3 SM para ambos os sexos. Outras duas categorias, pessoas com esse mesmo nível educacional e idade entre 21 e 22 e estudante de ES com idade acima de 23 anos, que tinham renda média acima de 2 SM para ambos os sexos.

Os diferenciais de renda por sexo mostra uma vantagem aparente dos homens no mercado de trabalho. Entretanto, quando se discute a renda por hora trabalhada os dados foram muito semelhantes entre os sexos, principalmente par jovens com idade até 20 anos. A partir dessa idade se observa uma pequena vantagem masculina. Isso indica que existe hoje no Brasil uma relativa homogeneidade salarial entre os sexos.

Tais dados e análises podem ser tomados como referenciais para a reflexão sobre o papel do EM no que se refere à inserção dos jovens no mercado de trabalho, considerando as transições realizadas por esses em direção à vida adulta.

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. e RAMOS, L. (1996) Temporal evolution of the relationship between wages and education of Brazilian men. In: Birdsall, N. e Sabot, R. (eds.) Opportunity Foregone – Education in Brazil. Inter-American Development Bank, Washington, D.C, EUA.
- BIRDSALL, N. e SABOT, R. (1996) Opportunity Foregone – Education in Brazil. Inter-American Development Bank, Washington, D.C, EUA.
- BUCHMANN, C. e DALTON, B. (2002) Interpersonal influence and educational aspirations in 12 countries: the importance of institutional context. *Sociology of education*, 75, p. 99-122.
- BUCHMANN, C. e HANNUM, E. (2001) Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. *Annual Review of Sociology*, v. 27, pp 77-102
- CAMARANO, Ana Amélia et. al. (2004) Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 1038. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1038.pdf
- CASTRO, C., CARNOY, M. e WOLFF, L. (2000) Secondary schools and the transition to work in Latin American and the Caribbean, Inter-American Development Bank, Sustainable Development Department Technical Papers Series.
- CORTI, A. e SOUZA, R. (2009) Que Ensino Médio queremos? São Paulo: Ação Educativa.
- FIBGE (2007) PNAD.
- HANUSHEK, E. e WOSSMANN, L. (2007) The role of school improvement in economic development. NBER WORKING PAPER SERIES, n. 12832.
- STRAUSS, J. e THOMAS, D. (1996) Wages, schooling and background: investments in men and women in urban Brazil. In: Birdsall, N. e Sabot, R. (eds.) Opportunity Foregone – Education in Brazil. Inter-American Development Bank, Washington, D.C, EUA.